

A distribuição espacial do crédito PRONAF no estado do Pará entre 2000 a 2015

The spatial distribution of credit PRONAF in the state of Pará between 2000 and 2015

Grupo de Pesquisa 7: Agricultura Familiar e Ruralidade

Diego Alves Guimarães de OLIVEIRA
Economista e funcionário do Banco da Amazônia
e-mail: diego.economia2013@hotmail.com
Alan Tiago CORRÊA
Estudante de Economia da UFPA
e-mail: tiagoalan17@gmail.com
Gisalda Carvalho FILGUEIRAS
Prof. Dra da UFPA/FACECON
e-mail: gisaldaf@yahoo.com.br
André Cutrim CARVALHO
Prof. Dr da UFPA/FACECON
e-mail: andrecc83@gmail.com

Resumo:

O objetivo central desse trabalho foi o de caracterizar a distribuição espacial dos créditos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) no estado do Pará, relativo aos anos 2000, 2005, 2010 e 2015, cedido exclusivamente pelo Banco da Amazônia. Metodologicamente, empregou-se o Sistema de Informações Geográficas (SIG), no qual se caracteriza como uma interface que possibilita fazer uma análise territorial dos municípios e mesorregiões paraenses que foram beneficiados por aquele Programa. Adicionalmente, por ser relevante ter conhecimentos das regiões onde estão sendo direcionados os financiamentos, recorreu-se aos estudos das áreas de Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), da EMBRAPA. Os resultados desta pesquisa indicaram uma concentração de crédito do PRONAF para as mesorregiões Sudeste e Nordeste paraense, ainda que – ao longo do período analisado - se constatou uma melhor redistribuição dos recursos para as demais mesorregiões (Região Metropolitana de Belém, Sudoeste, Marajó e Baixo Amazonas), todavia, vale destacar que por situação inerente as características de cada mesorregião, as menos beneficiadas com recursos creditícios foram: Região Metropolitana de Belém e Marajó.

Palavras-chave: Agricultura Familiar, PRONAF, SIG, estado do Pará.

Abstract:

The central objective of this work was to characterize the spatial distribution of the National Program of the Family Farming Strengthening (PRONAF) in the state of Pará, for the years 2000, 2005, 2010 and 2015, Provided exclusively by the Banco da Amazônia. Methodologically, employed was the Geographic Information System (SIG), which is characterized as a tool that allows you to make a territorial analysis of the municipalities and Pará mesoregions that benefited from that program. Additionally, because it is to have knowledge of the regions where the funding is being targeted, we used the studies of Economic Ecological Zoning areas (EEZ), from EMBRAPA. The results of this research indicated a PRONAF credit concentration for Pará Southeast and Northeast mesoregions, , though - over the analysis period it was found a better redistribution of resources to other mesoregions (Metropolitan Region of Belém, Southwest, Marajó and Lower Amazon) it

nevertheless highlights that situation by inherent characteristics of each middle region, the ones less benefited from resource were: Metropolitan Region of Belém and Marajó.

Key words: Family Agriculture, PRONAF, SIG, Economic Ecological Zoning.

1. INTRODUÇÃO

Em meados da década de 1990 se percebeu que a agricultura familiar havia passado por um período histórico marcado pelo descaso por parte das políticas públicas, dado que não havia propostas de incentivo a esse setor econômico e muito menos projetos concretos para desenvolver as áreas de produção agrícolas. Por isso, foi visto a necessidade de se estimular o meio rural através de políticas públicas voltadas a criação de meios de acesso fácil aos financiamentos de crédito no meio rural, visando-se, com isso, o desenvolvimento regional.

Com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar (PRONAF), tornou-se latente o processo de desenvolvimento da produção agrícola através de incentivos de políticas públicas e investimento na liberação de crédito para os agricultores familiares, sendo que esse processo acarretou consequências positivas para os agricultores pelo fato de propiciar maior movimentação de sua produção e do seu capital e principalmente, a geração de emprego e renda nas regiões de produção.

Assim, possibilitar o acesso ao crédito às atividades que possuem condições favoráveis de obterem progressos em seus processos produtivos e de estarem em ampla concorrência no mercado, foi essencial para se tentar alcançar o crescimento e o desenvolvimento econômico. Por conta disso, investir-se nas atividades produtivas rurais, especialmente nas de cunho da produção familiar, aliás, que vêm se revelando uma atividade de grande expansão na agricultura brasileira, passando por intenso processo de ajuste em sua modernização e, especialmente, gerando emprego e renda nas regiões onde essa atividade predomina.

Todavia, ainda é alta a discrepância da disponibilidade de recursos entre as regiões, sendo as do Sul e Sudeste aquelas que mais se beneficiam dessa linha de crédito, enquanto que as demais regiões participam com menor valor em comparação com as duas primeiras citadas, principalmente quando se compara em relação à região Norte.

Um dos grandes problemas, diz respeito ao fato de muitas regiões onde a produção familiar ficam situadas, são em locais distantes do alcance do acompanhamento e, portanto, acesso as políticas públicas e até mesmo das instituições financeiras para solicitarem o crédito agrícola. Por isso, muitas regiões têm limite de produção e de expandir seu processo produtivo na medida em que possuem recursos limitados para investir em sua atividade familiar.

Frente a esse contexto, este trabalho parte do problema referente ao seguinte questionamento: tem sido o PRONAF uma linha de crédito que de fato leva ao desenvolvimento rural, relativo a seus principais beneficiários? Ou seja, a agricultura familiar, enquanto um segmento econômico de desenvolvimento regional (que é seu principal objetivo), têm de fato melhorado suas condições econômicas, sociais e ambientais de seus beneficiários mediante o crédito.

Para tanto, o objetivo geral desse trabalho foi o de quantificar, em termos espaciais, o financiamento do PRONAF no estado do Pará no período de 2000 – 2015. E os objetivos específicos foram: definir e caracterizar a agricultura familiar no Pará; compreender a importância da agricultura familiar na produção de alimentos básicos; analisar a distribuição espacial por mesorregião do PRONAF no Pará nos anos de 2000, 2005, 2010 e 2015.

O trabalho se justifica pelo fato da agricultura familiar tratar-se de um segmento importante na economia paraense, na medida em que é um dos principais setores de produção

que vem crescendo no Estado e contribuindo para o crescimento da região, empregando mão de obra, geralmente sem grandes qualificações devido ao contexto social do Estado, principalmente pela falta da sequência do atendimento, via extensão rural, que tem sido insuficiente.

Também, por conta da sua relação com a segurança alimentar, a mudança de hábito dos consumidores está exigindo produtos mais saudáveis e de melhor qualidade e a agricultura familiar busca atender essa demanda. Esse assunto foi debatido na Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) em abril de 2016, que definiu o período entre 2016 a 2025 como a década da Ação pela Nutrição, prevalecendo a busca pela segurança alimentar através de um consumo mais saudável, estando alinhada a isso a agricultura familiar, que trabalha na produção de produtos orgânicos, justificando a necessidade de investimento para o aumento da produção desse setor econômico.

Dessa forma, esse trabalho está dividido em cinco seções, além dessa introdução. A segunda seção mostra uma breve discussão a respeito da agricultura familiar, englobando as relações do Banco da Amazônia e do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) no estado do Pará. Na terceira, discute-se a metodologia utilizada para concretizar tais objetivos. Na quarta seção, têm-se os resultados e discussões onde engloba a importância da agricultura familiar no Brasil e no Pará, sua importância na produção de alimentos básicos e a análise dos da distribuição espacial do PRONAF no estado do Pará nos anos 2000, 2005, 2010 e 2015. E por fim, as considerações finais deste trabalho na última seção (quinta).

2 AGRICULTURA FAMILIAR

Considerada como uma das principais camadas sociais responsáveis pela produção de alimentos básicos na economia brasileira, a agricultura familiar vem passando por extremas mudanças em decorrência dos avanços oriundos de suas conquistas sociais reivindicadas ao longo do tempo. Além disso, seu sistema produtivo está passando por um processo de inovações tecnológicas, trazendo consequências positivas para os agricultores em relação ao seu bem estar social e com o meio ambiente e para o crescimento de sua produção. Por ocasião, destaca-se Abramovay (1998, p.143), ao preceituar que a agricultura familiar: “é muito mais que um segmento econômico e social claramente delimitado, a agricultura familiar é definida como um valor”, observando-se, a partir dessas do referido doutrinador, que o desenvolvimento da agricultura familiar propicia condições sociais favoráveis ao mundo rural, estando também plenamente compatível ao desenvolvimento sustentável e possuindo valores éticos e morais em seu contexto social.

2.1 PRODUÇÃO FAMILIAR SUSTENTAVÉL

Com o passar dos anos começou a se observa que a sociedade está cada vez mais preocupada com sua segurança alimentar, consumindo produtos de qualidade e exigindo saber a origem do produto que está adquirindo. Devido a isso, a produção familiar é responsável pelo atendimento dessa intensa demanda, visto que sua produção é voltada diretamente à produção agrícola, ou seja, os agricultores familiares possuem uma oferta de produtos atrelada a um mercado consumidor mais atendo à segurança alimentar. Mas, para que haja um equilíbrio entre oferta e demanda, é preciso investir no aumento da produção familiar para que não ocorra escassez na oferta de produtos agrícolas. Nesse sentido, “...a importância econômica da agricultura familiar aparece nitidamente na distribuição do valor da produção agropecuária” (HUTIENNE, 1999, p. 78).

A produção familiar deve buscar direcionar sua produção a um alinhamento ao desenvolvimento sustentável, preservando suas origens, terras e identidades culturais. Os agricultores, pelo fato de estarem em locais em que experimentam um convívio mais intenso com animais e plantas, que, desse modo, fazem parte de seu convívio social e do seu processo

produtivo, tendem a assumir um comprometimento com preservação da natureza (WANDERLEY, 2004).

Ademais, no geral, a agricultura no Brasil vem se mostrando uma atividade propícia ao crescimento econômico, além de ser um meio de produção viável, pois apresenta grandes áreas territoriais para o emprego da produção, bem como terras de qualidades. Assim, a agricultura familiar tem um sistema produtivo que leva em conta a preservação do meio ambiente e que estão de acordo os princípios empregados pelo desenvolvimento rural. Não há estudos ou indícios que comprovam que a expansão da agricultura familiar está diretamente ligada ao desmatamento, tendo em vista que suas atividades fins não são direcionadas a essas práticas de derrubadas e queimadas (HUTIENNE, 2005).

Para partir-se de uma análise que discuta o desenvolvimento rural via agricultura familiar, contextualiza-se o que seria o termo desenvolvimento. Para Schneider (2007) desenvolvimento é “antes de tudo, uma construção política e ideológica (no sentido genuíno desta palavra) que traz consigo uma arbitrariedade intrínseca que foi historicamente elaborada” (SCHNEIDER, 2007, p. 4). Ainda Schneider (2007), defende que o processo de desenvolvimento rural no Brasil partiu de um conjunto de fatores como as reivindicações sociais, intensos debates de pesquisadores e estudiosos sobre o tema, a reforma agrária e debates em torno do desenvolvimento sustentável. Essa junção de fatores contribuiu para que a pauta ganhasse legitimidade e o Estado tomasse medidas necessárias para desenvolver o meio rural.

Algumas experiências de sustentabilidade no meio rural já são notórias, como - nos últimos anos, criou-se a necessidade de inserção de técnicas mais voltadas a sustentabilidade nos meios de produção. A Cooperativa dos Agricultores Familiares da Região do Caparaó (COOFACI), que atua no Fair Trade¹, contribui ao desenvolvimento sustentável das atividades desenvolvidas pelos produtores que utilizam essa estratégia comercial.

Outros exemplos de regiões de produção familiar que adotaram as técnicas de produção sustentável da Cooperativa COOFACI dizem respeito aos municípios de Iúna e Irupi, na região do Caparaó, no Espírito santo². Essa nova forma de produção utilizada é voltada a agricultura familiar, exercendo grande contribuição a segurança familiar, além de estar alinhada a geração de emprego e renda nas regiões produtoras (SOROLDONI; MENDONÇA, 2012).

A COOFACI está alinhada a uma produção que leva em conta quatro aspectos: - o desenvolvimento sustentável; agricultura familiar; cooperativismos e Fair Trade. Essa junção de fatores proporcionaram mudanças positivas para essa região produtora, contribuindo para um maior equilíbrio social e econômico e a uma cultura voltada ao desenvolvimentismo, formas equilibradas na produção e maior cooperativismos entres os produtores (SOROLDONI; MENDONÇA, 2012).

2.2 ATUAÇÃO DO FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE (FNO/PRONAF) NO ESTADO DO PARÁ

Na década de 1980, a intenção do Estado de promover o desenvolvimento das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste deu ensejo à Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, tendo tal lei criada os fundos constitucionais FNO (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte), o FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste) e o FCO (Fundo

¹O Fair Trade (Comércio Justo) contribui para o desenvolvimento sustentável ao proporcionar melhores condições de troca e a garantia dos direitos para produtores e trabalhadores marginalizados. É uma alternativa concreta e viável frente ao sistema tradicional de comércio.

²IX SEGeT 2012, com o Artigo “Sobre a Experiência da Cooperativa dos Agricultores Familiares da Região do Caparaó-es (COOFACI)” Elaborado pelos Professores Weriton Azevedo Soroldoni e Jane Correa Alves Mendonça.

Constitucional de Financiamento do Centro Oeste), que, desse modo, visavam externar objetivo estatal de desenvolver as regiões em que cada um desses Fundos estava respectivamente inserido, podendo ser citado, por exemplo, o FNO, que tinham como objetivo justamente buscar o desenvolvimento socioeconômico da região Norte.

A criação desses fundos constitucionais serviu como uma ferramenta essencial para o alcance do objetivo de minimizar as distribuições desiguais de crédito historicamente mais concentradas nas regiões Sul e Sudeste. Tais fundos constitucionais passaram a arrecadar recursos provenientes, do ponto de vista percentual, em 3 % dos impostos de renda (IR) e dos impostos sobre os produtos industrializados (IPI). De tal montante 0,6% eram empregados no FNO, enquanto ao FNE eram destinados 1,8% e ao FCO 0,6%, conforme preconizou segundo o artigo 6º da Lei criadora desses fundos.

O FNO – PRONAF, gerido pelo Banco da Amazônia S/A, tem sido uma linha de crédito de imensa importância para o processo de desenvolvimento da agricultura da região Norte, especialmente para a agricultura paraense. Dentre os recursos provenientes do FNO, parte é direcionada ao PRONAF com o objetivo de financiar os projetos preparados pelos pequenos agricultores familiares, oferecendo baixas taxas de juros e acessível nas linhas de créditos específica (Tabela 1).

Tabela 1: Distribuição por Programa de Financiamento, 2016

R\$ Milhões

PROGRAMA	AC	AM	AP	PA	RO	RR	TO	TOTAL
FNO-Pronaf	63,85	54,34	18,90	287,62	157,90	1,39	116,00	700,00
<i>GRUPO A</i>	<i>17,10</i>	<i>27,38</i>	<i>9,53</i>	<i>144,88</i>	<i>79,54</i>	<i>0,70</i>	<i>58,87</i>	<i>338,00</i>
<i>Demais Grupos</i>	<i>46,75</i>	<i>26,96</i>	<i>9,37</i>	<i>142,74</i>	<i>78,36</i>	<i>0,69</i>	<i>57,13</i>	<i>362,00</i>
FNO-Amazônia Sustentável	105,44	469,12	98,28	430,93	226,24	153,95	283,04	1.767,00
FNO-Biodiversidade	3,75	2,38	3,70	15,78	11,76	0,13	12,50	50,00
FNO-MPEI	44,81	104,48	27,08	200,72	122,45	12,90	100,56	613,00
FNO-ABC	18,75	11,88	21,04	78,95	56,25	0,63	62,50	250,00
TOTAL	236,60	642,20	169,00	1.014,00	574,60	169,00	574,60	3.380,00

Obs.: Do total de recursos do FNO-Amazônia Sustentável para aplicação em 2016, serão disponibilizados R\$ 5 milhões para atendimento à agropecuária irrigada e R\$ 5 milhões em apoio aos projetos de ciência, tecnologia e inovação.

Fonte: Plano de aplicação dos recursos para 2016 do FNO elaborada pelo BANCO DA AMAZÔNIA

A Tabela 1 do plano de aplicação do FNO para 2016 mostra a distribuição dos recursos por programa do FNO. Percebe-se que na destinação dos recursos destinados ao FNO – PRONAF corresponde a R\$700,00 milhões, no qual o estado do Pará foi contemplado com R\$287,62 milhões desse recurso, correspondendo a aproximadamente a 41,09% do total do FNO-PRONAF Norte. Isso retrata a importância da agricultura familiar no Estado, sendo correspondido por grandes áreas propícias a produção familiar e contribuindo para a geração de emprego e renda nas áreas onde é mais intensa tal produção.

O FNO Especial intermediado pelo Banco da Amazônia representou uma importante linha de financiamento que culminou com o processo de inclusão aos camponeses da Amazônia paraense no acesso ao crédito beneficiando seus processos produtivos, em que os pequenos agricultores receberam auxílio e investimento na produção proporcionando uma produção sustentável de alimentos básicos, além da expansão da pecuária no Estado (TONI, 2003 p. 413-425).

Abaixo, têm-se os investimentos na agricultura familiar no estado do Pará na administração do Banco da Amazônia, no período 1995 – 2015 (Tabela 2).

Tabela 2: Crédito destinada a agricultura familiar na administração do Banco da Amazônia no estado do Pará referente ao período de 1995 – 2015.

Ano	Nº de Municípios	Área (Ha)	Qtde. Unid	Nº Contratos	Valor Contratado R\$
1995	16	29	1905	487	11.779.519,50
1996	14	1414,5	2890	637	16.150.713,39

1997	19	1774,5	6125	1013	22.634.694,11
1998	21	15103,05	10922	3521	54.100.180,18
1999	16	2936,5	4659	1354	31.897.785,39
2000	23	7408,11	37730	3490	82.411.916,64
2001	54	5744,3	166563	2813	72.989.513,86
2002	61	5184,11	29096	3478	90.510.044,70
2003	73	7036,82	63247	8528	226.817.788,02
2004	90	28.017,32	38.958,00	13.476,00	245.121.398,45
2005	69	7790,75	33308	5550	127.163.340,25
2006	110	24.500,95	85.192,00	13.465,00	259.160.448,85
2007	120	34.655,55	88.324,00	20.730,00	241.162.426,53
2008	138	45155,62	145283	26082	335.845.090,15
2009	138	36.788,33	154.764,00	20.669,00	272.465.819,02
2010	131	65.661,32	95.495,00	19.498,00	288.208.203,36
2011	133	40109,73	99006	12424	219.363.169,98
2012	137	54618,61	967190	17920	333.132.707,17
2013	135	44.534,66	647.988,00	15.181,00	276.771.871,96
2014	134	49.271,89	833.603,00	15.293,00	341.697.062,28
2015	134	37308,78	218019	11466	293.331.943,44
Total	1766	515044,4	3730267	217075	3.842.715.637,23
Média	84,10	24.525,92	177.631,76	10.336,90	182.986.458,92
Desv Padrão	49,13	20.142,32	271.769,14	7.743,87	116.214.424,10

Fonte: Banco da Amazônia S/A, 2016

Os valores foram deflacionados pelo IPG-DI base 2015

No total, foram 515.044,40 ha que já solicitaram recurso de crédito para o Banco da Amazônia. Isso importou em 217.075 contratos e o montante gerado de financiamento nesses 20 anos foi de R\$3.842.715.637,23. Os anos que obtiveram maiores recursos dessa linha de crédito foram 2014 e 2008, respectivamente. Os anos que registraram o maior número de municípios que obtiveram o financiamento se deu nos anos de 2008 e 2009, os dois com 138 municípios.

3 METODOLOGIA

O Sistema de Informações Geográfica - SIG é uma ferramenta essencial nesse estudo, no qual através dos dados obtidos junto ao Banco da Amazônia, será possível verificar as informações coletadas – valor contratado, número de contratos, área contratada em hectares – a partir na geração de mapas, em uma abordagem espacial com base nos financiamentos vindos do citado Banco para as Mesorregiões paraenses. Ter um conhecimento geográfico no objeto de estudo se torna mais propício nas tomadas de decisões e o software utilizado foi QGis.

Ao se analisar a distribuição espacial do PRONAF no estado do Pará com os mapas apresentados pode-se fazer um panorama geral do Estado, bem como investigar porque certas áreas possuem mais investimentos e são mais propícias para o cultivo que as outras na produção familiar, por exemplo.

Os dados são oriundos de fontes secundárias cujas informações foram colhidas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Secretaria de Estado e Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), Banco da Amazônia S/A sobre o quanto foi destinado para o PRONAF nos municípios paraenses, bem como o número de contratos solicitados e a área em hectares onde ocorreu a produção no período de 1995 a 2015.

Os dados e informações colhidas do IBGE como mapas, área territorial do estado do Pará e os geocódigos dos municípios paraenses servem como base essencial para a análise no ambiente do SIG, havendo também um alinhamento às informações contidas do Banco da Amazônia, no qual foram acrescentados os geocódigos dos municípios contemplados pelo

PRONAF no período supracitado para, com isso, juntar-se as informações através da união das duas tabelas para a criação dos mapas.

Além disso, o Banco da Amazônia possui restrições, pois não há agências em todos os municípios paraenses. Além disso, o Pará era constituído por 143 municípios, sendo criado o município de Moju dos Campos em 2012, sendo que, por conta disso, ele não consta na tabela dos municípios paraenses que solicitaram recursos do Banco da Amazônia nem na Tabela dos geocódigos dos municípios paraenses.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015), o Pará possui uma área territorial de 1.247.955,381 km², sendo constituídos por seis mesorregiões, 22 microrregiões e 144 municípios. Portanto, este estudo constará em fazer uma análise na área de estudo das mesorregiões paraenses, dando ênfase a uma análise espacial das áreas que foram beneficiadas pela linha de crédito do PRONAF, via o Banco da Amazônia, nos anos 2000, 2005, 2010 e 2015.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

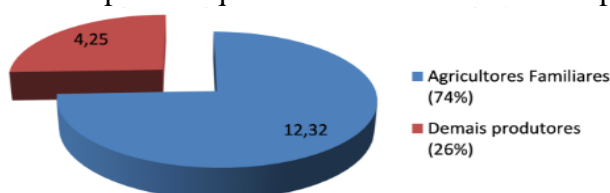
4.1 A IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS BÁSICOS

O presente tópico visa ressaltar a importância da agricultura familiar na produção de alimentos básicos. Segundo informações publicadas no site PORTAL DO BRASIL (2015) “Agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos por brasileiro”, sendo que, com base nisso, é possível visualizar a importância desse setor econômico na alimentação da população brasileira. E, foi nos anos de 1990, que se começa a instruir políticas públicas para a agricultura familiar de forma mais contundente e isso provocou mudanças paradigmáticas decorrentes da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em meados de 1996, tendo tido esse Programa os objetivos iniciais de buscar por políticas públicas no setor rural, modernizar a agricultura brasileira, buscar o desenvolvimento social e econômico no setor agrícola, e reduzir os custos de produção, entre outros.

Nesse contexto, o programa foi se expandindo, até que no ano de 2003 foram criadas novas linhas de crédito de investimento, como: PRONAF Floresta, PRONAF Semiárido, PRONAF Eco e o PRONAF Agroecologia. Cada uma dessas novas linhas de créditos teve suas finalidades específicas, sendo direcionadas aos agricultores que se encaixam no perfil exigido por elas. Com isso o programa foi se expandido em sua linha de atuação.

A agricultura familiar tem como grande vantagem em seu processo produtivo a produção de variados produtos a serem consumidos pelas pessoas, como mandioca, feijão, carne suína, leite, milho, café, arroz. No Gráfico 1 elaborado pela Competências Digitais para Agricultura Familiar (CODAF), com base nas informações do Censo de 2006, consta o número de pessoas que exercem atividade no campo (em milhões), sendo que se percebe que os agricultores familiares dominam a produção no campo com 12,3 milhões de agricultores, correspondendo a um percentual de 74%.

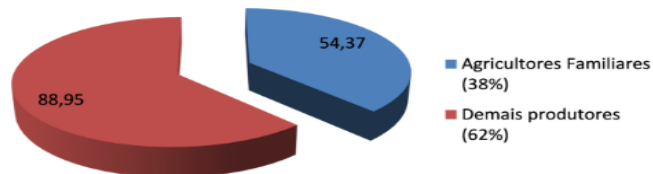
Gráfico1: Número de pessoas que exercem atividade no campo (em milhões)



Fonte: Gráfico elaborado por CODAF

Ao se analisar Gráfico criado pelo CODAF e com base nas informações do censo de 2016, é possível enxergar o montante do valor produzido pelo setor agropecuário (em bilhões). A produção familiar gera em torno de 54,37 bilhões de valor produzido, o que corresponde a 38% quando comparada aos demais produtores.

Gráfico2: Montante do valor produzido pelo setor agropecuário (em bilhões)



Fonte: Gráfico elaborado por CODAF

A produção familiar agrega valor ao produzir produtos de qualidade, levando em conta a responsabilidade com o desenvolvimento sustentável. Segundo um relatório das Organizações das Nações Unidas (ONU), a agricultura familiar tem grande potencial de contribuir para a erradicação da fome mundial, além de se tratar de uma produção voltada à segurança alimentar sustentável (BRASIL, 2014).

Segundo Gazolla e Schneider (2013), o PRONAF vem fortalecendo o segmento social da agricultura familiar, sendo notório que essas políticas públicas voltadas aos espaços rurais estão sendo acompanhadas pela reprodução social e a manutenção dos agricultores. A produção familiar é um componente que deve ser fortalecido através de políticas de incentivo à produção pela sua produção agrícola em está caminhando junto à segurança alimentar. A agricultura familiar é um elemento essencial para a segurança alimentar e possibilita o consumo de alimentos nutricionais saudáveis, além de ser um meio capaz de contribuir para o combate à insegurança alimentar, à má nutrição e à pobreza (FAO, 2014).

4.2 AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL E NO ESTADO DO PARÁ

Desde sua criação em 1995, o PRONAF se consolidou como o principal programa de auxílio ao crédito em favor do agricultor familiar e vem demonstrando sua importância na contribuição para o desenvolvimento rural e na economia brasileira. Por conta disso, nos últimos anos os recursos de crédito destinados ao programa estão crescendo, sendo várias as mudanças em políticas públicas voltadas ao beneficiamento da economia rural, sobretudo da agricultura familiar.

Ao se fazer uma análise em âmbito nacional, é notável que os recursos oriundos do PRONAF estejam sendo distribuídos de forma concentrada nas regiões Sul e Sudeste em comparação com outras regiões.

Por conta dessa discrepância, vêm sendo empregadas políticas públicas visando diminuir essas disparidades regionais de localidades que estão se beneficiando mais do programa para que, com isso, este último possa atingir sua linha de atuação de forma desconcentrada e experimentar um aumento da produtividade em várias regiões carentes de recursos, gerando-se, com isso, emprego e renda para as mesmas.

Figura 1: Distribuição geográfica de recursos do PRONAF, em nível municipal (2000 -2010)



Fonte: Retirada do Texto para discussão 1974, IPEA

Como podemos analisar na imagem acima referente à distribuição espacial dos recursos do PRONAF em nível municipal em todo território nacional brasileiro no período de 2000 – 2010. Ainda há uma intensa concentração de recursos na Região Sul e Sudeste. Ao analisar essa distribuição com base nessa imagem, na Região Norte do estado do Pará é o que há a maior concentração de distribuição dos recursos. Além disso, o estado possui mais de 196 mil estabelecimentos de agricultura familiar, o que corresponde a uma área de quase sete milhões de hectares. De acordo com o Censo Agropecuário de 2006 (MDA, 2016), a renda bruta anual do seguimento é superior a R\$ 2,3 milhões.

Ao longo dos anos, a agricultura familiar foi ganhando espaço na economia brasileira e experimentando uma expansão de seu processo produtivo, bem como um aumento em sua ocupação territorial. É importante também destacar que mesmo dentro da modalidade “agricultura familiar”, que por si só já possui uma série de especificidades em relação às outras modalidades de agricultura; existem diversas especificidades.

Dessa maneira, o modo como essa atividade é executada pode sofrer variações em virtude de fatores culturais, sociais, econômicos, laborais, entre outros, ou seja, é incorreto enxergar a agricultura familiar sob uma ótica de homogeneidade, como é ressaltado por Filgueiras e Herrera (2012, p.8):

Importante frisar que, para além da diferenciação entre as duas grandes categorias capitalista e familiar, deve se levar em consideração que existe no campo uma diversidade de lógicas organizacionais e produtivas o que justifica a consideração feita acerca da heterogeneidade da produção agropecuária familiar. Tratando-se de Amazônia, tal fato, deve ser ainda mais ponderado, pois as condições são bem distintas em cada unidade de produção, mesmo estando uma ao lado da outra, os meios de produção se apresentam diferentes, além do fator cultural (trajetória,

Além disso, a agricultura familiar no estado do Pará vem sendo um setor de expansão e contribuindo para o crescimento econômico do Estado, sendo responsável pela produção de mercadorias locais, e destinação aos mercados nacional e externo (COUTINHO et al, 2012).

Mesmo sendo um setor de economia rentável, a agricultura familiar ainda sofre de carências de investimentos em tecnologia para desenvolver seu processo produtivo. No estado do Pará, cerca de 90% das propriedades e 85% da mão-de-obra é formada por agricultores familiares, que são caracterizados pelo baixo nível tecnológico e, conseqüentemente, baixa produtividade (INCRA, 2007; citado por ALVES JÚNIOR, 2012).

No estado do Pará a agricultura familiar vem se destacando com sua intensa produção. Segundo informações do MDA (2016) “a agricultura familiar lidera a produção de mandioca”, no qual é produzido cerca de 4,7 milhões de toneladas anuais, sendo 93% dessa produção oriunda da agricultura familiar.

Outrossim, destaca-se que o estado do Pará é o terceiro maior produtor de dendê na América Latina (SUFRAMA, 2003). Com base nisso e na expansão da agricultura familiar no Estado, em 2001, o grupo AGROPALMAS criou o “Projeto de Agricultura Familiar do Dendê” nos principais municípios paraenses onde predominam essa produção e com condições climáticas para o manejo da produção. Isso serviu de grande contribuição para incentivar a agricultura familiar paraense no que tange ao aumento da produção, alinhada ao desenvolvimento sustentável e, principalmente, à geração de emprego e renda (BIODIESELBR, 2007).

Quanto à Assistência Técnica e Extensão Rural do estado do Pará (EMATER- PA) é outro órgão voltado a intermediar a destinação de recursos à produção agrícola. Em 2015, o município de Marabá foi contemplado com um investimento de R\$ 6.806.604,20 vindos do PRONAF. O investimento na região tem como objetivo propiciar incentivos à produção familiar e desenvolver a produção agrícola. A destinação dos recursos veio com uma parceria entre a EMATER- PA e o Banco da Amazônia (EMATER- PA; RADIOS, EBC; 2015).

Ao se fazer a correlação entre esses três elementos – Valor Contratado, Quantidade produzida das lavouras permanentes e quantidade produzida das lavouras temporárias, resultados mostrados na Tabela 3:

Tabela 3: Correlação entre valor contratado, quantidade produzida de lavoura permanente e temporária, em toneladas.

	PRONAF	Q. PROD. PERM. (Ton.)	Q.PROD.(TEM.)
Valor contratado 2005	1,00		
Q. PROD. PERM. (ton.)	0,41	1,00	
Q.PROD.TEMP.	0,60	0,17	1,00
Valor contratado 2010	1,00		
Q. PROD. PERM. (ton.)	0,66	1,00	
Q.PROD.TEMP.	0,43	0,10	1,00
Valor contratado 2015	1,00		
Q. PROD. PERM. (ton.)	0,55	1,00	
Q.PROD.(TEMP.)	0,62	0,08	1,00

Fonte: Elaborado pelo autor, 2016

Segundo os resultados encontrados que ficaram entre 0,41 e 0,66 mostram que houve uma boa correlação entre o valor contratado pelo PRONAF nos respectivos anos e a quantidade produzida da produção permanente e temporária em toneladas nos anos de 2005, 2010 e 2015. Isso indica, segundo o coeficiente de correlação de Pearson “quanto mais próximo estiver de 1 ou -1, mais forte é a associação linear entre as duas variáveis”. Com isso, mostra a importância dessa linha de crédito para a produção da agricultura familiar.

4.3 ANÁLISE DAS DISTRIBUIÇÕES

No território paraense, existem áreas que possuem condições favoráveis para o cultivo da produção agrícola e, sobretudo, para a produção familiar, assim como disponibilidade de água e um clima adequado. Por isso, é viável fazer um estudo de distribuição espacial do PRONAF no Pará e, fazer uma comparação para verificar se as áreas que são favoráveis para a produção familiar são aquelas mais estimuladas em investimentos, por parte do Banco da Amazônia, no desenvolvimento da agricultura familiar.

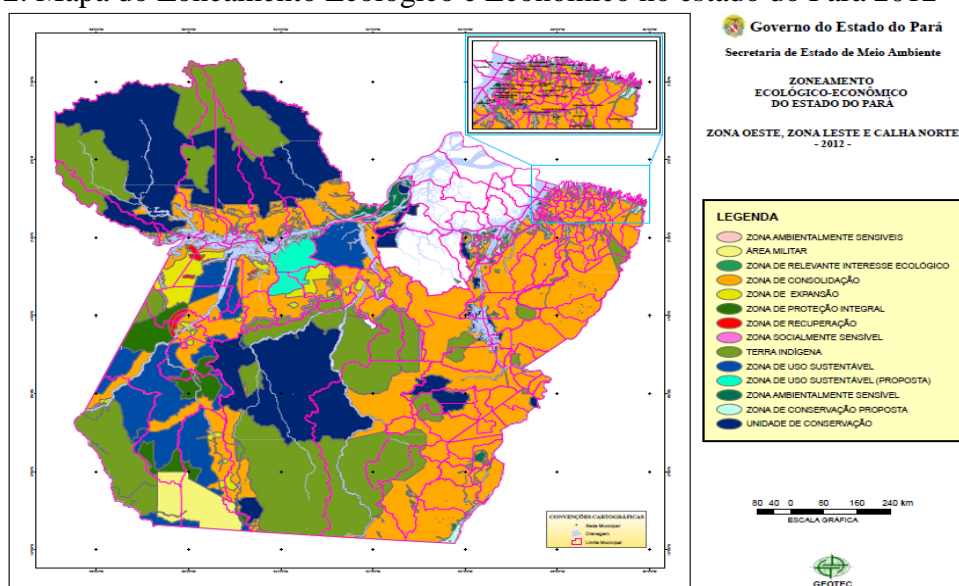
4.3.1 Áreas de Zoneamento Econômico no estado do Pará

Ao se analisar a distribuição dos recursos do PRONAF na administração do Banco da Amazônia, se constatou que o grande volume de recursos financeiros dessa linha de crédito está concentrando nas regiões Sudeste e Nordeste paraense, com maior ênfase ao Sudeste. Dentre as explicações para essa realidade estariam as condições climáticas, territoriais e socioeconômicas que essas áreas possuiriam para a produção rural e, sobretudo para a agricultura familiar. Tais estudos demonstraram a real importância de se investir em uma determinada localidade a partir do seu macrozoneamento Ecológico-Econômico no Estado paraense.

O Zoneamento Ambiental é um dos elementos fundamentais preconizados pela Lei nº 6.938/1981, tendo por objetivo servir de auxílio ao planejamento e sugerir os melhores usos e ocupação territorial e dos elementos naturais correlativos. Desse modo, as ações dos entes públicos e particulares referentes a esses elementos estão fortemente atreladas à estruturação preconizada pelo Zoneamento ambiental e, conseqüentemente, a uma observância ao equilíbrio ambiental.

Como está demonstrado abaixo em um mapa elaborado pelo Governo do estado do Pará referente ao zoneamento ecológico econômico no Pará no ano 2012:

Figura 2: Mapa do Zoneamento Ecológico e Econômico no estado do Pará 2012



Fonte: SEMAS

Como retrata o mapa, as áreas correspondentes a unidades de conservação e terras indígenas estão concentradas em grande escala no Sudoeste paraense e no Baixo Amazonas. Então, possuem em seu território poucas localidades e áreas voltadas à produção agrícola, o que pode justificar baixas solicitações de crédito dos agricultores familiares referente ao PRONAF quando comparadas as outras regiões. Assim, observa-se que as regiões do Sudeste paraense e Nordeste são as que concentram maior volume de investimentos, bem como as que

possuem áreas de consolidação segundo o estudo feito pelo macrozoneamento econômico no estado do Pará.

Desse modo, foi feita a caracterização da distribuição nos anos 2000, 2005, 2010 e 2015 e, posteriormente, uma comparação evolutiva do crescimento da disponibilidade de crédito e valor contratado. O estado do Pará é constituído atualmente por 144 municípios, sendo distribuído por mesorregião, tendo a Região Metropolitana de Belém 11 municípios, o Nordeste 49, o Marajó 16, o Baixo Amazonas 15, o Sudeste 39 e o Sudoeste com 14.

4.3.2 Distribuição espacial no ano 2000

No ano 2000 a agricultura familiar estava passando por um processo de expansão, sendo que ainda era recente o período da criação do PRONAF (1995/1996), que tinha limitadas áreas de linha de atuação. Ou seja, tanto os agricultores quanto as instituições financeiras que liberavam recursos para a produção familiar estavam passando por processos de ajustes, capacitação, e adequação nas intermediações de solicitação e liberação de linhas de créditos. Por conta disso, pode ser explicado o porquê de nesse período analisado terem sido poucos os municípios paraenses que solicitaram recursos perante o Banco da Amazônia. Ao todo foram 23 municípios.

Tabela 4: Distribuição do PRONAF, por mesorregiões do estado do Pará, 2000

Mesorregiões	Nº de municípios	Área (ha)	Qtde. (unid.)	Nº Contratos	Valor Contratado R\$
Nordeste	7	375,01	227	192	3.724.319,90
RMB	-	-	-	-	-
Sudeste	14	6961,1	37.209	3246	77.294.264,24
Sudoeste	1	42	294	42	1.236.173,00
Baixo Amazonas	1	30	0	10	157.159,48
Marajó	-	-	-	-	-
Total	23	7.408,11	37.730	3.490	82.411.916,62

Fonte: elaboração do autor

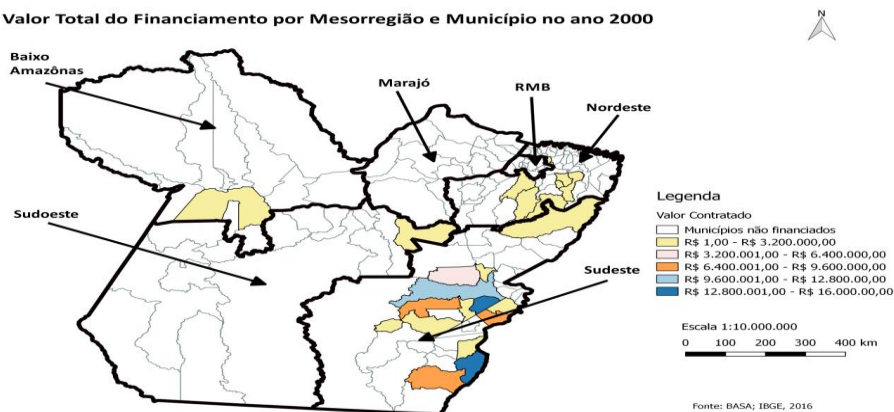
Os valores foram deflacionados pelo IPG-DI base 2015

No ano referenciado, o Nordeste e o Sudeste foram às mesorregiões destaques que obtiveram os maiores números de municípios que solicitaram recursos do PRONAF perante o Banco da Amazônia, sendo 7 e 14 municípios, respectivamente, no que a junção dos dois corresponde a 91,30% do montante dos municípios.

Ao se analisar a área abrangida pelo financiamento, observa-se que foi de 7.408,11 hectares, com uma concentração no Sudeste paraense, que atingiu uma área de 6.961,10, representando 93,96% da área total atingida no estado do Pará. O Sudeste teve uma alta concentração quando comparada na quantidade de unidade contratadas que no Pará foi de 37.730. Já no Sudeste houve 37.209, representando 98,61% do total de unidades (Tabela 4). A análise da distribuição dos recursos em relação ao valor contratado por mesorregião e municípios ocorrem em termos espaciais com a utilização do mapa, como é visto a seguir:

Mapa 1: Distribuição Espacial do PRONAF no estado do Para no ano 2000

Valor Total do Financiamento por Mesorregião e Município no ano 2000



Fonte: elaborado pelo autor.

Os valores foram deflacionados pelo IPG-DI base 2015

Ao fazer a análise através do mapa, pode-se constatar as áreas que foram contempladas com o beneficiamento do crédito. A Região Metropolitana de Belém (RMB) e o Marajó não participaram do programa nesse ano, como já foi esclarecido anteriormente.

O Baixo Amazonas teve como município atuante nessa linha de crédito Santarém, que se beneficiou com a destinação de R\$157.159,48, representando 0,19% do montante contratado.

Ao Nordeste paraense foi destinado R\$3.724.319,90, correspondendo a 4,51% do total de valor contratado, tendo sido representado pelos municípios de Acará (R\$810.120,61), Capitão Poço (R\$50.443,31), Ipixuna do Pará (R\$993.130,15), Irituia (R\$277.878,27), Mãe do Rio (R\$441.317,64), São Francisco do Pará (R\$ 592.539,86) e Tome-Açu (R\$558.890,07).

O Sudoeste Paraense teve destaque em termos de valor contratado em 2000, sendo destinado R\$77.294.264,25 de financiamento na mesorregião, representando 93,79% do montante total.

4.3.3 Distribuição espacial no ano 2005

Ao analisar a distribuição no ano 2005, foi possível verificar um aumento significativo no valor contratado e nas regiões beneficiadas. O programa foi se aperfeiçoando e expandido sua área de atuação atingindo outras áreas que ainda não tinham sido contempladas com essa linha de crédito. Fazendo uma comparação entre os municípios paraenses aderentes aos recursos do PRONAF perante o Banco da Amazônia nos anos 2000 e 2005, é possível constatar um aumento expressivo, pois em 2000 foram apenas 23 municípios que participaram do programa. Já em 2005, foram 70 municípios, representando um aumento de 204%. Entretanto é possível identificar que ainda há uma concentração de valores nas mesorregiões Sudoeste e Nordeste paraense.

Tabela 5: Distribuição DO PRONAF, por mesorregiões do estado do Pará, 2005

Mesorregiões	Nº de municípios	Área (Ha)	Qtde (Unid)	Nº Contratos	Valor Contratado R\$
Sudoeste	25	2.338	28.399	3.004	74.983.127,48
RMB	4	227,1	307	153	9.419.509,51
Nordeste	24	4.554,3	3.207	1.786	31.876.211,33
Sudoeste	8	185,65	716	115	3.945.351,41
Baixo Amazonas	7	387,7	679	437	6.636.997,25
Marajó	2	98	0	55	302.143,28
Total	70	7.790,75	33.308	5.550	127.163.340,25

Fonte: elaborado pelo autor

Os valores foram deflacionados pelo IPG-DI base 2015

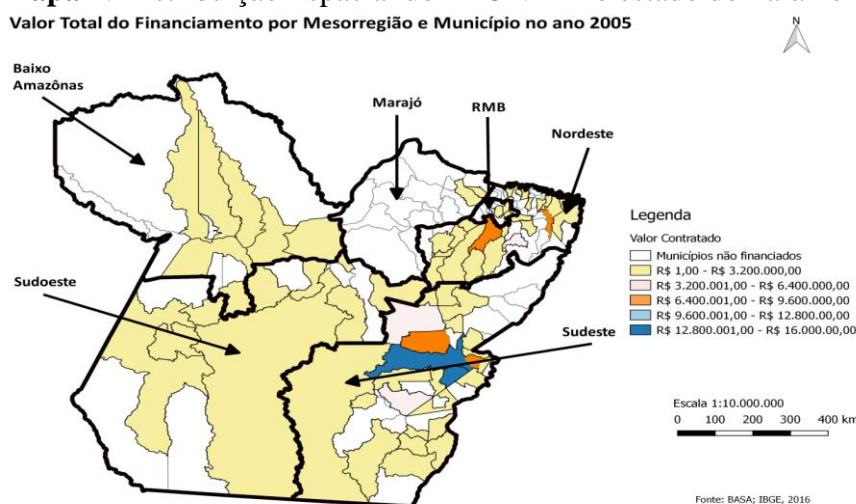
Em 2005, o Sudeste e o Nordeste paraense permaneceram na liderança das mesorregiões que tem mais municípios beneficiados com recursos perante o Banco da Amazônia, tendo sido 25 e 24 municípios, respectivamente, representando juntos 70% do total de municípios. Já a Região Metropolitana de Belém e o Marajó, que no ano 2000 não tiveram municípios que solicitaram essa linha de crédito, passaram a possuir 4 e 2 municípios, respectivamente, nesse ano. Já o Baixo Amazonas e o Sudoeste paraense, que no período analisado anteriormente só foram contemplados com um município cada, tiveram 7 e 8 municípios aderentes ao Programa.

Ao se analisar as áreas abrangidas nos financiamentos ocorridos nesse período, infere-se que foram atingidas em torno de 7.790,75 hectares voltados a produção familiar. Ao fazer uma comparação com o ano de 2000, que teve 7.408,11 hectares de área para a produção, observa-se que houve um aumento de 9,5%, o que não representa um aumento significativo quando comparado em percentual com o aumento de municípios que participaram do PRONAF. O Nordeste paraense foi a mesorregião que teve a área mais abrangida pelo financiamento, sendo beneficiada com 4.554,3 hectares, representado 58,45% do montante de área que recebeu investimento. O Sudeste foi a segunda região territorial que teve a área mais atingida nesse ano, sendo 2.338 hectares, correspondendo 30% do montante. Analisando essas duas regiões, pode-se constatar que elas tiveram quase o mesmo número de municípios contemplados, contudo, em termos de área atingida o Nordeste foi a região mais beneficiada quase o dobro em relação ao Sudeste paraense.

Quando comparados com a unidade de contrato, ao todo foram 33.308, e o número de contratos, ao todo foram 5.550, sendo que, no tange ao número de contratos, o Sudeste paraense foi o destaque, sendo 28.399 (correspondendo 85,26% do total) e o número de contratos de 3.004 (54,12% do total), respectivamente. O Nordeste foi o segundo maior nesse quesito, tendo tido 3.207 unidades contratadas e 1.786 contratos, representando 9,63% e 32,18%, respectivamente.

A caracterização e comparação do valor contratado do ano 2005 em relação ao ano de 2000, bem como a representação em termos espaciais da distribuição ocorrida no ano de 2005 do PRONAF no estado do Pará na administração do Banco da Amazônia nas mesorregiões e municípios, estão demonstradas no mapa abaixo:

Mapa 2: Distribuição Espacial do PRONAF no estado do Pará no ano 2005



Fonte: Elaborado pelo autor
 Os valores foram deflacionados pelo IPG-DI base 2015

Analisando-se essa distribuição sob uma ótica territorial, infere-se que a Região Metropolitana de Belém, que em 2000 não participou dos investimentos do Programa, teve em 2005 quatro (4) municípios participantes, que juntos corresponderam um valor investido na região de R\$9.419.509,51, representando 7,40% do montante contratado.

A outra mesorregião, o Marajó, que em 2000 não teve nenhum município solicitante de recurso, também em 2005 passou a ter representantes, tendo sido dois municípios, que somaram juntos R\$302.143,28, representando 0,23% do montante contratado.

O Baixo Amazonas somou um montante de R\$6.636.997,25, representando 5,21% do total de valor contratado.

O Nordeste paraense, em 2000, foi a segunda região destaque em termos de valor contratado e, em 2005, também foi a segunda maior mesorregião que recebeu essa linha de crédito, tendo recebido a destinação de R\$31.876.211,33, representando 25,06% do total de valor contratado. O Sudeste paraense, por sua vez, foi a mesorregião em que houve grande concentração dos recursos no ano de 2005, tendo sido contemplada com um investimento de R\$74.983.127,48, representando 58,96% do montante contratado.

Ao analisar a distribuição no ano 2005, é possível verificar um aumento significativo no valor contratado e nos municípios beneficiadas. Entretanto, é possível identificar que ainda há uma concentração de valores contratados nas mesorregiões Sudeste e Nordeste paraense, sobretudo na região Sudeste, que é alvo de mais de 50% dos investimentos vindos do PRONAF na administração do Banco da Amazônia.

4.3.4 Distribuição espacial no ano 2010

Em 2010, a distribuição da linha de crédito do PRONAF beneficiou quase a totalidade dos municípios paraenses. Foram 131 beneficiados nesse período, estimulando a produção familiar em todo território estadual. Entretanto, em termos de valor contratado, ainda há uma alta concentração nas regiões do Nordeste e Sudeste, onde predominam a produção familiar.

Tabela 6: Distribuição do PRONAF, por mesorregiões do estado do Pará, 2010

Mesorregiões	Nº de municípios	Área (ha)	Qtde (Unid)	Nº Contratos	Valor Contratado R\$
Nordeste	48	15.759,52	23.109	5.922	59.906.643,97
RMB	10	2.346,5	46	790	6.965.698,31
Sudeste	34	31.050,75	54097	5.574	146.860.599,50
Sudoeste	14	2.356,86	13720	2.309	40.602.713,36
Baixo Amazonas	10	11.733,83	3336	2.360	19.145.901,45
Marajó	15	2.413,86	1187	2.543	14.726.646,99
Total	131	65.661,32	95.495	19.498	288.208.203,58

Fonte: elaborado pelo autor

Os valores foram deflacionados pelo IPG-DI base 2015

Como mostra a Tabela 6, em 2010 houve uma concentração de municípios beneficiados, que ao todo foram 131 nas regiões Nordeste e Sudeste, tendo essa primeira liderado com 48 municípios que foram beneficiados, enquanto que o Sudeste paraense teve 34, juntas, somam 79 municípios, representando 62,59% do total. As demais mesorregiões aparecem mais distribuídas: RMB e Baixo Amazonas com 10 cada, o Sudoeste com 14 e o Marajó com 15.

A área atingida ao todo foram 65.661,32 hectares. O Sudeste, ainda que com menos municípios que o Nordeste, teve sua área territorial mais beneficiada nesse ano, com 31.050,75 hectares. Já o Nordeste teve quase a metade, com 15.759,52 hectares, somando

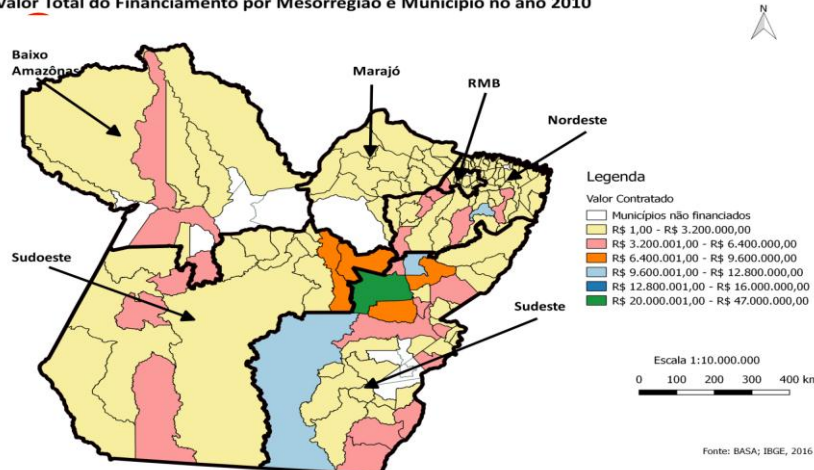
juntas, foram 46.810,27 hectares, o que corresponde a 71,29% do total da área territorial no Estado. Em seguida, vem o Baixo Amazonas com 11.733,83 hectares (17,87%), o Marajó com 2.413,86 hectares (3,67%), e o Sudoeste com 2356,86 (3,58%) e a RMB com 2.346,5 (3,57%).

Ao analisar-se a quantidade de contratos, observa-se que o total foi de 95.495 unidades, sendo que o Sudeste teve 54.097 (56,64%), o Nordeste 23.108 (24,19%), o Sudoeste 13.720 (14,36%), o Baixo Amazonas 3336(3,49%), e o Marajó com 1.187 (1,24%) e a RMB com 46 (0,04%). Já em termos de número dos contratos, foram 19.498 contratos no ano de 2010 no estado do Pará, sendo distribuído entre 5.922 (29,97%) no Nordeste, o Sudeste com 5.474(28,07%) contratos, o Marajó com 2.543(13,04%), o Sudoeste com 2.309(11,84%), o Baixo Amazonas com 2.360(12,10%) e a RMB com 790(4,05%).

Para o ano de 2010, o total de valor contratado foi de R\$ 288.208.203,58. Ao se fazer uma comparação espacial da distribuição do PRONAF no estado do Pará no referido ano com os anos anteriormente estudados, percebe-se que houve uma maior distribuição dos recursos, como retrata o mapa a seguir:

Mapa 3: Distribuição espacial do PRONAF no estado do Pará no ano 2010

Valor Total do Financiamento por Mesorregião e Município no ano 2010



Fonte: Elaborada pelo autor

Os valores foram deflacionados pelo IPG-DI base 2015

Na RMB, foi investido na agricultura familiar R\$6.965.698,31, representando 2,41% do montante contratado, havendo um investimento decrescente em termos de valor contratado no ano de 2005, que tinha sido R\$9.419.509,51.

O Baixo Amazonas teve um investimento nesse ano de R\$19.145.901,45, correspondendo a 6,64% do montante contratado, tendo havido um acréscimo de 246,65% comparado com o valor contratado em 2005, que foi de R\$ 6.636.997,25 na citada mesorregião.

O Marajó recebeu em torno de R\$19.145.901,45 a título de investimento na produção familiar, representando 6,64% do montante contratado, correspondendo a um aumento elevado na região quando comparado com o ano de 2005, em que o Marajó foi alvo de investimento cujo quantum totalizou R\$302.143,28.

O Sudoeste paraense recebeu um investimento de R\$40.602.713,36 destinados aos seus 14 municípios que solicitaram recursos perante o Banco da Amazônia, correspondendo a 14,08% do montante contratado. Além disso, foi outra mesorregião que obteve um grande aumento de verbas quando comparada com o ano de 2005, em que tal quantum foi de R\$3.945.351,41.

O Nordeste paraense foi a segunda maior mesorregião a receber financiamento do Banco da Amazônia no ano de 2010, tendo sido contemplada com R\$59.906.643,97 representando 20,78% do montante contratado. Ao comparar com o valor contratado em 2005 houve um acréscimo de 86,80%, que correspondeu a R\$32.068.259,06.

Assim como nos últimos períodos analisados, o Sudeste paraense foi a mesorregião mais concentrada em termos de valor contratado. Em 2010 foi destinado R\$146.860.599,50 correspondendo a 50,95%, ou seja, mais que a metade do valor total destinado ao estado do Pará. Em relação ao ano de 2005, recebeu um aumento de 96,36% relativo a R\$74.791079,75.

Ao se fazer, através de uma análise espacial comparativa entre o ano de 2010 e os últimos anos da distribuição do PRONAF, é perceptível uma maior distribuição no volume de recursos financeiros atingindo varias regiões do estado do Pará, contudo ainda persiste a concentração do montante dessa linha de crédito nas regiões do nordeste e, principalmente, no Sudeste paraense. Contudo, ao se fazer uma comparação entre a taxa de crescimento em termos percentuais com cada mesorregião entre os anos de 2005 e 2010, observou-se que as mesorregiões RMB, Marajó, Sudoeste e Baixo Amazonas cresceram de maneira bastante significativa, ainda que o Nordeste e Sudeste cresceram mais.

4.3.5 Distribuição espacial no ano 2015

Em 2015, aumentou o número de municípios que solicitaram recursos do PRONAF perante o Banco da Amazônia, foram em torno de 134 municípios. Ao se fazer uma comparação com os últimos anos analisados é perceptível que houve um crescimento progressivo ao longo dos anos. Em 2000 foram 31 municípios beneficiados pelo programa, em 2005 foram 70, enquanto que em 2010 foram 131. Nesse contexto, pode-se constatar a evolução crescente desse programa ao atingir quase a totalidade das regiões paraenses, em termos de municípios.

Tabela 7: Distribuição do PRONAF nas mesorregiões Paraenses, 2015

Mesorregiões	Nº de municípios	Área (ha)	Qtde (Unid)	Nº Contratos	Valor Contratado R\$
Nordeste	48	11.010,68	24.423	4433	69.181.521,22
RMB	10	755,5	146	467	4.121.404,73
Sudeste	36	15.809,82	85.573	2559	128.145.784,13
Sudoeste	13	2.313,11	14.953	593	43.037.326,80
Baixo Amazonas	14	3.222,67	35.267	1579	29.789.548,74
Marajó	13	4.197	57.657	1835	19.056.357,82
Total	134	37.308,78	218.019	11.466	293.331.943,44

Fonte: elaborado pelo autor

Os valores foram deflacionados pelo IPG-DI base 2015

Como retrata a Tabela 7, em 2015 as regiões Nordeste e Sudeste paraense permaneceram como concentradoras de municípios participantes dessa linha de crédito. No Nordeste foram 48, enquanto que no Sudeste foram de 36 municípios. Juntos correspondem a 62,68% do total. O Sudoeste e o Marajó tiveram 13 municípios solicitando recurso do PRONAF cada, enquanto que o Baixo Amazonas teve 14 e a RMB teve apenas 10.

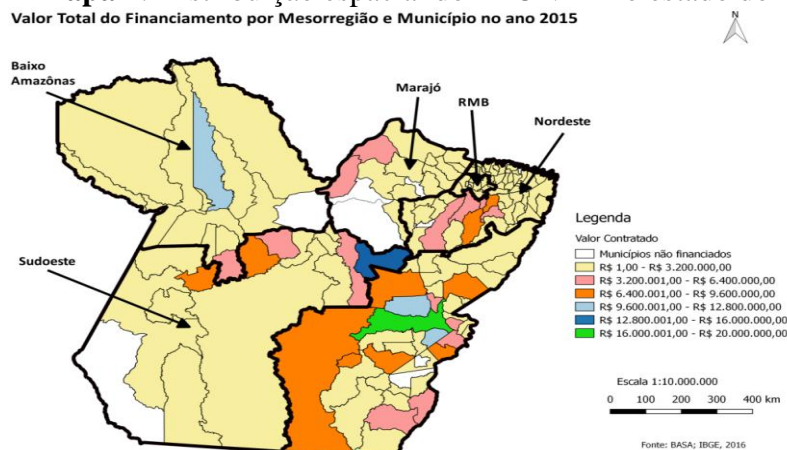
Ao se analisar a área abrangida para a produção familiar nesse ano, infere-se que o Sudeste paraense liderou, tendo recebido o beneficiamento de 15.809,82 hectares para a produção. Mesmo sendo a mesorregião que mais solicitou financiamento, o Nordeste foi a segunda maior mesorregião que teve sua área territorial beneficiada para a produção, tendo sido 11.010,68 hectares. Somando a área dessas duas regiões, chega-se ao resultado de 26.820,50 hectares, correspondendo a 71,88% do total da área territorial no Estado. Em

seguida, o Marajó, com 4.197 hectares (11,24%), o Baixo Amazonas com 3.222,67 hectares (8,63%), o Sudoeste com 2.313,11 hectares (6,19%) e a RMB com 755,5 hectares (2,02%).

O total de unidades contratadas foi de 218.019 unidades, sendo que o Sudeste teve 85.573 (39,25%), o Baixo Amazonas com 35.267 (16,17%), o Nordeste 24.423 (11,20%), o Marajó com 57.657 (26,44%), o Sudoeste com 14.953 (6,85%) e a RMB com 146 (0,06%). Já em termos de número de contratos, em 2015 o total foi de 11.466, sendo distribuído nas mesorregiões da seguinte forma: o Nordeste paraense com 4.433 contratos (38,66%), o Sudeste com 2.559 (22,31%), o Baixo Amazonas com 1.579 (13,77%), o Marajó com 1.835 (16%), o Sudoeste com 593 (5,17%) e a RMB com 467 (4%).

A distribuição dos valores contratados no ano 2015 teve um total de R\$ 293.331.943,44, distribuição nos municípios, como mostra o mapa abaixo.

Mapa 4: Distribuição espacial do PRONAF no estado do Pará no ano 2015
 Valor Total do Financiamento por Mesorregião e Município no ano 2015



Fonte: elaborado pelo autor
 Os valores foram deflacionados pelo IPG-DI base 2015

Na RMB foi investido R\$4.121.404,73, representando 1,40% do montante contratado, observando-se, desse modo, um investimento decrescente ao se comparar com os dois últimos anos analisados (em 2005 foi R\$9.419.509,51 e em 2010 foi de R\$ 6.965.698,31).

Marajó teve um investimento de R\$19.056.357,82, correspondendo a 6,49% do montante contratado. Quando comparada com o valor contratado de 2010, que teve um financiamento de R\$20.042.833,59, observa-se que houve uma queda de 4,92% do montante contratado.

O Baixo Amazonas teve um investimento de R\$29.789.548,74, correspondendo a 10,15% do montante contratado. Ao comparar com o valor contratado de 2010, que foi de R\$19.145.901,45, infere-se que houve um acréscimo de 64,27%.

O Sudoeste paraense recebeu um investimento para a produção familiar de R\$ 43.037.326,80 correspondendo a 14,67% do montante contratado. Quando comparado com o valor contratado de 2010, que foi de R\$44.861.406,01 visualiza-se uma queda de 4,06%.

O Nordeste foi a segunda maior mesorregião a solicitar financiamento no ano de 2015, agregando ao todo R\$ 69.181.521,22, o que correspondeu a 23,58% do montante contratado. Ao comparar com o valor contratado em 2010, que foi de R\$59.893.810,55, é observado um acréscimo de 15,55%.

O Sudeste paraense foi mais uma vez a mesorregião que obteve a grande maioria dos financiamentos dessa linha de crédito. Em 2015 foi contemplada com R\$ 128.145.784,13, correspondendo a 43,68% do montante contratado. Comparando-se com o ano de 2010, em que foi R\$146.860.599,50, houve um decréscimo de 13%.

Nos anos analisados, foi possível identificar que houve o fornecimento de mais recursos vindos do PRONAF e mais municípios contemplados com esse programa, expandido sua área de atuação, tendo sido isso possível por conta de um conjunto de fatores, que dizem respeito a um conjunto de iniciativas do governo federal visando abranger as linhas de atuação desse programa, fornecendo condições de subsídio aos pequenos agricultores, bem como incentivos fiscais e facilidade no acesso ao crédito.

Ao se analisar os mapas gerados pelo SIG, foi possível visualizar a tendência de concentração territorial nas regiões Sudeste e Nordeste paraense, o que se torna mais compreensível a partir dos mapas gerados, bem como ao se observar os resultados encontrados e a desconcentração da distribuição dessa linha de crédito.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PRONAF, enquanto programa implementado no período de 1995/1996 e atuante na região Norte e, sobretudo, no estado do Pará, trouxe uma significativa contribuição ao processo de desenvolvimento regional do meio rural, bem como à geração de emprego e renda. Ao se comparar a distribuição espacial do PRONAF no Pará foi possível identificar que está sendo conduzida de forma heterogênea, pois em algumas regiões há maior concentração de financiamento em relação a outras.

Ao se caracterizar a distribuição do PRONAF no estado do Pará com uma abordagem territorial, foi possível identificar com maior clareza as mesorregiões que estão sendo mais e menos contempladas pelo Programa.

Ao fazer uma comparação entre as áreas atingidas pelo financiamento do PRONAF na administração do Banco do Amazônia, foi percebido que em algumas áreas se sobressaem em relação às outras mesorregiões paraenses. Por exemplo, como foi visto ao longo da distribuição espacial nos períodos analisados, o Sudeste e o Nordeste paraense são as regiões mais beneficiadas pelo PRONAF, além de possuírem área com grande potencial econômico segundo estudos das áreas de macro zoneamento econômicas no Estado, além disso, elas possuem maiores módulos fiscais (tamanho) em nível municipal.

Vale ressaltar que o documento de base de informações sobre o tamanho dos módulos fiscais da região do Pará de 2013, não consta a totalidade dos municípios paraenses, e se desconhece a razão da ausência dos demais.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. **Cadernos de ciência & Tecnologia**, Brasília, v.15, n.1, p.137-157, jan./abr. 1998.

BANCO DA AMAZÔNIA, Banco da Amazônia S/A. **História**. Disponível em <<http://www.bancoamazonia.com.br/index.php/institucional-obanco-historia>>. Acesso 10/09/2016.

BRASILEIRO, R. S. O Desenvolvimento Sustentável na Ótica da Agricultura Familiar Agroecológica: Uma Opção Inovadora no Assentamento Chico Mendes – Pombos - PE – Brasil. **VI Congresso brasileiro de agroecologia e II Congresso Latino Americano de Agroecologia**. 09 a 12 de novembro – Curitiba – Paraná – Brasil.

CODAF. **A importância da agricultura familiar**. Disponível: <<http://codaf.tupa.unesp.br/informacoes/a-importancia-da-agricultura-familiar>>. Acesso 02/09/2016.

- COUTINHO, P.; OLIVEIRA, L. M. de; PEROTE da SILVA, L.; LIMA da SILVA, R. T.; COSTA, A. D. **Produção Agrícola do estado do Pará no Período de 2006 a 2010**. 2012 EBC Rádios. **Emater intermédia recursos para a agricultura familiar de Marabá**. Disponível <<http://radios.ebc.com.br/nossa-terra/edicao/2015-04/emater-intermedeia-recursos-para-agricultura-familiar-de-maraba>>. Acesso 29/07/2016.
- FAO - Food and Agriculture Organization. **O estado da segurança alimentar e nutricional no Brasil** Um retrato multidimensional. Disponibilizado: <https://www.fao.org.br/download/SOFI_p.pdf>. Acesso: 01/09/2016.
- FILGUEIRAS, Gisalda Carvalho; HERRERA, José Antonio. O segmento da agricultura familiar no estado do Pará: um olhar a partir dos dados do Censo de 2006. **CADERNO CEPEC**. Belém, v. 1, n. 7. Junho de 2012.
- FNO, Fundo Constitucional de Financiamento do Norte. **PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS PARA 2016**. Disponível:< <http://www.bancoamazonia.com.br/index.php/obanco-planosaplicacao>>. Acesso 01/09/2016.
- GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. Qual " fortalecimento " da agricultura familiar?: uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 51, n. 1, p. 45-68, 2013.
- HUTTIENNE, Thomas. Agricultura familiar na Amazônia oriental. **Novos Cadernos NAEA**, vol. 2, nº 1 - dezembro 1999.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Malhas Digitais**. Disponível:< <http://mapas.ibge.gov.br/bases-e-referenciais/bases-cartograficas/malhas-digitais.html>>. Acesso: 28/10/2016.
- Jornal Agora MS. Assembleia Geral da ONU lança Década de Ação pela Nutrição. Disponível:< <http://www.agorams.com.br/jornal/2016/04/assembleia-geral-da-onu-lanca-decada-de-acao-pela-nutricao>>. Acesso 07/08/2016.
- Rede Gente SAN. ONU reforça a importância da agricultura familiar para o mundo. Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/redesan/news/onu-reforca-a-importancia-da-agricultura-familiar-para-o-mundo>>. Acessado em: 16/08/2016
- SCHNEIDER, Sergio. **Tendências e temas dos estudos sobre desenvolvimento rural no Brasil**. Trabalho apresentado no Congresso Europeu de Sociologia Rural. Wageningen, Holanda, 20-24 agosto, 2007.
- SOROLDONI, Weriton Azevedo; MENDONÇA, Jane Correa Alves. Sobre a Experiência da Cooperativa dos Agricultores Familiares da Região do Caparaó-es (coofaci). Trabalho apresentado no IX Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia – SEGeT , Outubro de 2012
- TONI, F. A Conquista do FNO - Especial pelos Agricultores da Transamazônica e seus Efeitos sobre a Pecuarização da Agricultura Familiar. In: Jean François Tourrand; Jonas Bastos da Veiga. (Org.). **Viabilidade de Sistemas Agropecuários na Agricultura Familiar da Amazônia**. Belém: EMBRAPA, 2003, v., p. 413-425.
- WANDERLEY, Maria de N. B. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade**. Texto preparado para a Aula Inaugural do primeiro semestre de 2004, ministrada no CPDA/UFRRJ.